



NOVO ENSINO MÉDIO E DESIGUALDADES EDUCACIONAIS: ANÁLISE DAS DISPARIDADES ENTRE ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS

NEW HIGH SCHOOL CURRICULUM AND EDUCATIONAL INEQUALITIES: AN ANALYSIS OF DISPARITIES BETWEEN PUBLIC AND PRIVATE SCHOOLS



10.56238/bocav24n73-012

Data de submissão: 26/11/2025

Data de publicação: 26/12/2025

Melquizedec Arcos Rodrigues¹

Cléuma de Melo Barbosa²

Jucélia Linhares Granemann de Medeiros³

Everaldo dos Santos Mendes⁴

1

Resumo

O Novo Ensino Médio representa reforma educacional controversa que promete flexibilização curricular e protagonismo estudantil em contexto marcado por profundas desigualdades estruturais. Este estudo analisa as disparidades entre escolas públicas e privadas no contexto dessa implementação, identificando fatores que agravam as desigualdades educacionais. A pesquisa caracteriza-se como exploratória de abordagem qualitativa, fundamentada em análise bibliográfica de fontes especializadas publicadas entre 2019 e 2024. Os resultados evidenciam que as disparidades manifestam-se em múltiplas dimensões, incluindo infraestrutura, recursos humanos e condições de oferta dos itinerários formativos. Escolas privadas dispõem de recursos robustos, enquanto escolas públicas enfrentam limitações estruturais que comprometem a efetivação da reforma. A análise revela que a flexibilização curricular, desacompanhada de investimentos equitativos, pode aprofundar desigualdades históricas. Conclui-se que a superação das desigualdades exige abordagens sistêmicas que integrem investimentos em infraestrutura, valorização docente e políticas de redistribuição de recursos.

Palavras-chave: Novo Ensino Médio; Desigualdades Educacionais; Escolas Públicas e Privadas; Equidade Educacional.

Abstract

The New High School represents a controversial educational reform that promises curricular flexibility and student protagonism in a context marked by profound structural inequalities. This study analyzes the disparities between public and private schools in the context of this implementation, identifying factors that aggravate educational inequalities. The research is characterized as exploratory with a qualitative approach, based on bibliographic analysis of specialized sources published between 2019 and 2024. Results show that disparities manifest in multiple dimensions, including infrastructure, human resources, and conditions for offering formative itineraries. Private schools have robust resources, while public schools face structural limitations that compromise the reform's effectiveness. The analysis reveals that curricular flexibility, unaccompanied by equitable investments, may deepen historical inequalities. It is concluded that overcoming inequalities requires systemic approaches that integrate infrastructure investments, teacher valorization, and resource redistribution policies.

¹ Doutor em Engenharia Mecânica. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2325389016838433>

² Doutoranda em Ciências da Educação. Instituição: Universidad San Carlos. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0351310423782928>

³ Pós-doutorado em Educação, Pós-doutorado em Psicologia. Instituição: Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6325691838659744>

⁴ Bolsista CAPES/BRASIL. Doutor em Psicologia, Doutor em Teologia. Instituição: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), Universidade de Coimbra (UC), Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Universidade de Lisboa (ULisboa). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6102492484900096>



Keywords: New High School; Educational Inequalities; Public and Private Schools; Educational Equity.

1 INTRODUÇÃO

O Novo Ensino Médio, implementado a partir da Lei nº 13.415/2017, representa uma das reformas educacionais mais controversas e abrangentes da história recente da educação brasileira. Essa reforma, que promete flexibilização curricular, ampliação da carga horária e protagonismo estudantil, emerge em contexto marcado por profundas desigualdades estruturais entre escolas públicas e privadas. Quando políticas educacionais são concebidas sem considerar as assimetrias de infraestrutura, recursos humanos e condições socioeconômicas dos estudantes, o risco de aprofundamento das desigualdades torna-se iminente. A questão que se impõe transcende o debate sobre modelos pedagógicos e adentra dimensões de justiça social: até que ponto uma reforma educacional que promete autonomia e escolha pode, paradoxalmente, ampliar as distâncias entre aqueles que já dispõem de recursos e aqueles que dependem exclusivamente da escola pública para sua formação?

Almeida *et al.* (2023, p. 25616) afirmam que "a formação no Ensino Médio exige contribuição da Filosofia para o desenvolvimento do pensamento crítico e da autonomia intelectual dos estudantes". Essa constatação evidencia a dimensão formativa que transcende a mera preparação técnica ou profissionalizante, situando a educação como processo de emancipação intelectual e de construção de cidadania. Contudo, a implementação do Novo Ensino Médio enfrenta desafios estruturais que comprometem a efetivação desses objetivos, especialmente em escolas públicas que carecem de infraestrutura adequada, de professores qualificados para os itinerários formativos e de recursos materiais essenciais. A promessa de flexibilização curricular, que deveria ampliar as possibilidades de escolha dos estudantes, pode converter-se em mecanismo de exclusão quando as condições materiais para sua efetivação são desiguais.

Almeida e Mussato (2023, p. 5) destacam que "o índice de infraestrutura das escolas estaduais de ensino médio de Roraima revela desigualdades territoriais significativas, comprometendo a qualidade da oferta educacional e perpetuando assimetrias regionais". Essa perspectiva sublinha a dimensão territorial das desigualdades educacionais, evidenciando que as disparidades não se limitam à dicotomia público-privado, mas se estendem a diferenças regionais, urbanas e rurais. A ausência de laboratórios de ciências, bibliotecas equipadas, acesso à internet de qualidade e espaços adequados para atividades práticas compromete a implementação dos itinerários formativos e restringe as possibilidades de escolha dos estudantes. Enquanto escolas privadas dispõem de infraestrutura robusta e de recursos tecnológicos avançados, escolas públicas enfrentam limitações que inviabilizam a oferta diversificada de percursos formativos.

A relevância deste estudo reside na necessidade de compreender as disparidades entre escolas públicas e privadas no contexto da implementação do Novo Ensino Médio, identificando os fatores que



agravam as desigualdades educacionais e avaliando os impactos dessa reforma sobre a equidade no acesso à educação de qualidade. Araújo (2019, p. 110) observa que "o ensino médio brasileiro caracteriza-se historicamente pela dualidade, diferenciação e desigualdade social, refletindo estruturas de classe que perpetuam privilégios e exclusões". Essa constatação reforça a importância de análises críticas que examinem as reformas educacionais à luz das estruturas sociais que as condicionam. O Novo Ensino Médio, embora apresentado como política de democratização e de ampliação de oportunidades, pode reproduzir e aprofundar desigualdades históricas quando implementado em contextos de profunda assimetria de recursos e condições.

O objetivo geral deste trabalho consiste em analisar as disparidades entre escolas públicas e privadas no contexto da implementação do Novo Ensino Médio, identificando os fatores que agravam as desigualdades educacionais e avaliando os impactos dessa reforma sobre a equidade no acesso à educação de qualidade. Como objetivos específicos, propõe-se: (a) examinar os fundamentos teóricos e normativos do Novo Ensino Médio, situando-o no contexto das políticas educacionais brasileiras e das desigualdades estruturais; (b) analisar as diferenças de infraestrutura, recursos humanos e condições de oferta entre escolas públicas e privadas; (c) avaliar os impactos da reforma sobre as trajetórias educacionais dos estudantes, considerando as especificidades socioeconômicas e territoriais. A consecução desses objetivos permitirá não apenas mapear o estado atual das desigualdades educacionais, mas também identificar lacunas e oportunidades para aprimoramento das políticas públicas.

Este estudo estrutura-se em cinco seções principais. Após esta introdução, o referencial teórico apresenta os conceitos fundamentais relacionados às desigualdades educacionais, discutindo teorias sobre reprodução social, dualidade estrutural e políticas educacionais. A metodologia descreve os procedimentos adotados para coleta e análise de dados, incluindo a caracterização da pesquisa e os critérios de seleção de fontes. A seção de resultados e discussão apresenta os achados principais, interpretando-os à luz da literatura especializada e estabelecendo conexões com os objetivos propostos. Por fim, as considerações finais sintetizam as contribuições do estudo, apontam limitações e sugerem direções para pesquisas futuras. A abordagem adotada busca equilibrar rigor metodológico e clareza expositiva, oferecendo subsídios para educadores, gestores e formuladores de políticas públicas interessados na promoção da equidade educacional.

A análise das disparidades entre escolas públicas e privadas no contexto do Novo Ensino Médio exige compreensão das dimensões históricas, estruturais e políticas que configuraram o sistema educacional brasileiro. A dualidade estrutural, que historicamente separou a formação propedêutica destinada às elites da formação profissionalizante destinada às classes trabalhadoras, permanece como marca distintiva do ensino médio brasileiro. A reforma implementada pela Lei nº 13.415/2017, embora prometa superação dessa dualidade mediante flexibilização curricular e integração entre formação geral e técnica, enfrenta



resistências e limitações que comprometem sua efetividade. A ausência de investimentos adequados em infraestrutura, a precarização das condições de trabalho docente e a insuficiência de recursos materiais perpetuam desigualdades que a reforma, por si só, não consegue superar.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As desigualdades educacionais no Brasil configuram-se como fenômeno multidimensional, enraizado em estruturas históricas de exclusão social, econômica e cultural. A compreensão dessas desigualdades exige análise das teorias sociológicas que explicam os mecanismos de reprodução social mediante os quais o sistema educacional perpetua privilégios e exclusões. Pierre Bourdieu, em sua teoria da reprodução, argumenta que a escola, longe de ser instituição neutra de mobilidade social, funciona como mecanismo de legitimação das desigualdades de classe, convertendo diferenças sociais em diferenças de mérito. O capital cultural, transmitido pelas famílias e valorizado pela escola, constitui recurso desigualmente distribuído que condiciona o sucesso escolar e as trajetórias educacionais dos estudantes. No contexto brasileiro, essas desigualdades manifestam-se de forma particularmente aguda no ensino médio, etapa marcada por elevadas taxas de evasão, baixo desempenho e profundas assimetrias entre escolas públicas e privadas.

Bengio *et al.* (2022, p. 95) afirmam que "o racismo de Estado e a educação articulam-se no contexto do novo Ensino Médio, perpetuando exclusões históricas e limitando as possibilidades de emancipação de estudantes negros e periféricos". Essa perspectiva evidencia a dimensão racial das desigualdades educacionais, sublinhando que as reformas educacionais não podem ser analisadas isoladamente das estruturas de poder que as condicionam. O Novo Ensino Médio, ao promover flexibilização curricular sem garantir condições equitativas de oferta, pode aprofundar exclusões históricas, restringindo o acesso de estudantes negros, pobres e periféricos a itinerários formativos que ampliem suas oportunidades de inserção social e profissional. A ausência de políticas afirmativas que considerem as especificidades desses grupos perpetua desigualdades que transcendem o âmbito educacional e se projetam sobre as estruturas sociais mais amplas.

A análise das desigualdades educacionais também exige compreensão dos mecanismos mediante os quais informações falsas e discursos meritocráticos legitimam políticas excludentes. Escolà-Gascón *et al.* (2023, p. 111893) destacam que "a suscetibilidade a *fake news* relaciona-se com perfis psicológicos e clínicos específicos, evidenciando a importância de educação crítica para a formação de cidadãos capazes de avaliar informações de forma autônoma". Essa constatação reforça a relevância da formação crítica no ensino médio, especialmente em contextos nos quais discursos simplificadores sobre meritocracia e responsabilização individual obscurecem as determinações estruturais das desigualdades. A capacidade de analisar criticamente informações, de identificar vieses e de compreender as relações de poder que



condicionam a produção e a circulação de conhecimentos constitui competência essencial para a formação cidadã e para a resistência a políticas educacionais exclucentes.

Ferronato *et al.* (2022, p. 6251) observam que "o ajustamento neotecnista na contrarreforma do ensino médio subordina a educação aos interesses do mercado, reduzindo a formação humana a treinamento para competências técnicas e comportamentais". Essa análise crítica evidencia a dimensão ideológica das reformas educacionais, situando o Novo Ensino Médio no contexto de políticas neoliberais que concebem a educação como mercadoria e os estudantes como capital humano a ser otimizado. A ênfase em competências socioemocionais, em empreendedorismo e em empregabilidade, embora apresentada como resposta às demandas do século XXI, pode representar esvaziamento da formação crítica e da dimensão emancipatória da educação. A subordinação dos currículos às demandas do mercado de trabalho compromete a formação integral dos estudantes e restringe suas possibilidades de compreensão crítica das estruturas sociais que condicionam suas vidas.

A dualidade estrutural do ensino médio brasileiro, que historicamente separou a formação propedêutica destinada às elites da formação profissionalizante destinada às classes trabalhadoras, permanece como marca distintiva do sistema educacional. Essa dualidade manifesta-se não apenas na separação entre escolas públicas e privadas, mas também na diferenciação interna das redes públicas, que oferecem percursos formativos distintos conforme a localização territorial, a disponibilidade de recursos e as características socioeconômicas dos estudantes. A promessa de flexibilização curricular do Novo Ensino Médio, que deveria superar essa dualidade mediante integração entre formação geral e técnica, enfrenta limitações estruturais que comprometem sua efetividade. A ausência de investimentos adequados em infraestrutura, a precarização das condições de trabalho docente e a insuficiência de recursos materiais perpetuam desigualdades que a reforma, por si só, não consegue superar.

A análise das desigualdades educacionais também exige compreensão das dimensões territoriais que condicionam a oferta educacional. Escolas localizadas em regiões periféricas, rurais ou em territórios marcados por vulnerabilidade social enfrentam desafios específicos que comprometem a qualidade da educação oferecida. A ausência de transporte escolar adequado, de infraestrutura básica como água potável e energia elétrica, e de recursos tecnológicos essenciais para a implementação dos itinerários formativos restringe as possibilidades de escolha dos estudantes e perpetua exclusões históricas. A superação dessas desigualdades exige políticas públicas que considerem as especificidades territoriais e que promovam redistribuição equitativa de recursos, garantindo condições mínimas para a oferta de educação de qualidade em todos os contextos.

A literatura especializada também destaca a importância de políticas de valorização docente para a promoção da equidade educacional. Professores bem formados, com condições adequadas de trabalho e com remuneração digna constituem fator determinante para a qualidade da educação oferecida.



Contudo, a precarização das condições de trabalho docente, a sobrecarga de atividades e a insuficiência de formação continuada comprometem a capacidade dos professores de implementar os itinerários formativos e de promover aprendizagens significativas. A ausência de concursos públicos, a contratação temporária e a rotatividade docente agravam essas dificuldades, especialmente em escolas públicas localizadas em regiões periféricas ou rurais. A valorização docente, mediante políticas de formação, de carreira e de remuneração, constitui condição indispensável para a superação das desigualdades educacionais.

A análise crítica da literatura revela consenso quanto à necessidade de abordagens sistêmicas para o enfrentamento das desigualdades educacionais. Reformas curriculares isoladas, desacompanhadas de investimentos em infraestrutura, de valorização docente e de políticas de redistribuição de recursos, tendem a reproduzir e aprofundar desigualdades históricas. A implementação do Novo Ensino Médio, em contextos de profunda assimetria de condições entre escolas públicas e privadas, exige políticas complementares que garantam equidade na oferta educacional. A ampliação da carga horária, a flexibilização curricular e a oferta de itinerários formativos diversificados somente se converterão em instrumentos de democratização educacional se acompanhadas de investimentos que assegurem condições materiais e humanas para sua efetivação. A ausência dessas condições compromete a promessa de autonomia e de protagonismo estudantil, convertendo a reforma em mecanismo de aprofundamento das desigualdades.

3 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como pesquisa exploratória de abordagem qualitativa, fundamentada em análise bibliográfica de fontes científicas especializadas. A escolha dessa abordagem justifica-se pela necessidade de compreender, de forma abrangente e contextualizada, as disparidades entre escolas públicas e privadas no contexto da implementação do Novo Ensino Médio, identificando fatores estruturais, políticos e pedagógicos que agravam as desigualdades educacionais. A pesquisa exploratória permite a investigação de fenômenos educacionais complexos e multifacetados, oferecendo subsídios para a formulação de hipóteses e para o aprofundamento de estudos futuros. A abordagem qualitativa, por sua vez, possibilita a interpretação crítica de textos normativos, produções acadêmicas e documentos de políticas públicas, a identificação de padrões temáticos e a construção de sínteses analíticas que transcendem a mera descrição de resultados.

A coleta de dados foi realizada mediante busca sistemática em bases de dados científicas reconhecidas, incluindo SciELO, Google Scholar, Portal de Periódicos CAPES e repositórios institucionais de universidades brasileiras. Os descritores utilizados incluíram: "Novo Ensino Médio", "desigualdades educacionais", "escolas públicas e privadas", "reforma do ensino médio", "infraestrutura



escolar", "itinerários formativos" e "equidade educacional". A combinação desses termos, mediante operadores booleanos (AND, OR), permitiu a identificação de estudos relevantes publicados entre 2019 e 2024, período que abrange a implementação da reforma e seus primeiros impactos. Gontijo e Echeverría (2023) analisam o empresariamento da educação no marco das contrarreformas educacionais, evidenciando implicações para a formação docente e para o ensino de ciências, perspectiva que se estende à compreensão das lógicas mercantis que condicionam as políticas educacionais contemporâneas.

Os critérios de inclusão estabelecidos para a seleção de fontes contemplaram: (a) artigos científicos publicados em periódicos indexados, com revisão por pares; (b) estudos conduzidos em contexto brasileiro ou com aplicabilidade direta à realidade nacional; (c) abordagem de temas relacionados ao Novo Ensino Médio, desigualdades educacionais e disparidades entre escolas públicas e privadas; (d) disponibilidade de texto completo em português, inglês ou espanhol. Foram excluídos estudos que não apresentavam metodologia claramente descrita, publicações sem revisão por pares, resumos de congressos e artigos de opinião sem fundamentação empírica. A aplicação rigorosa desses critérios assegurou a qualidade e a confiabilidade das fontes utilizadas, minimizando riscos de viés e garantindo a validade das análises realizadas.

A análise dos dados coletados seguiu procedimentos de análise de conteúdo temática, conforme proposto por Bardin. Inicialmente, realizou-se leitura exploratória dos textos selecionados, visando à familiarização com o conteúdo e à identificação de temas emergentes. Em seguida, procedeu-se à codificação dos dados, mediante a atribuição de categorias analíticas que refletissem os objetivos da pesquisa: fundamentos teóricos das desigualdades educacionais, análise da reforma do ensino médio, disparidades de infraestrutura e recursos, impactos sobre trajetórias educacionais e políticas de equidade. Gonçalves *et al.* (2024) examinam a escola pública e o discurso meritocrático, analisando propostas da reforma do ensino médio e expectativas dos estudantes, evidenciando tensões entre promessas de democratização e realidades de exclusão.

A categorização temática permitiu a organização dos dados em unidades de significado, facilitando a identificação de padrões, convergências e divergências entre os estudos analisados. A interpretação dos resultados foi conduzida de forma crítica e reflexiva, estabelecendo diálogos entre os achados empíricos e os conceitos teóricos apresentados no referencial. Kemil *et al.* (2024) analisam a relação entre educação e território, destacando a importância de políticas que considerem as especificidades regionais e locais para a promoção da equidade educacional. Essa perspectiva reforça a necessidade de abordagens contextualizadas que reconheçam as diversidades territoriais e as assimetrias de recursos que condicionam a oferta educacional.

A triangulação de fontes, mediante a consulta a diferentes bases de dados e a inclusão de estudos com desenhos metodológicos variados, contribuiu para a robustez das análises realizadas. A diversidade



de perspectivas e abordagens permitiu a construção de uma visão abrangente e multidimensional do problema investigado, superando limitações inerentes a estudos isolados. Lima e Venturi (2024) propõem currículo poderoso de biologia como estratégia de superação e emancipação intelectual, cultural e social para estudantes de escolas públicas, evidenciando a importância de currículos que promovam acesso ao conhecimento científico de qualidade e que ampliem as possibilidades de compreensão crítica da realidade.

Aspectos éticos foram rigorosamente observados ao longo de todo o processo de pesquisa. Por tratar-se de estudo baseado exclusivamente em fontes secundárias, não houve envolvimento direto de seres humanos, dispensando a submissão a comitês de ética em pesquisa. Contudo, foram respeitados os princípios de integridade científica, incluindo a citação adequada de todas as fontes consultadas, a ausência de plágio e a transparência na descrição dos procedimentos metodológicos. A análise crítica das políticas educacionais foi conduzida de forma rigorosa e fundamentada, evitando juízos de valor infundados e priorizando a interpretação baseada em evidências empíricas e teóricas.

A explicitação detalhada dos procedimentos metodológicos adotados visa garantir a replicabilidade do estudo e a transparência dos processos de coleta e análise de dados. A análise crítica da qualidade metodológica dos estudos incluídos, considerando aspectos como rigor argumentativo, fundamentação empírica e adequação dos métodos de análise, assegurou a confiabilidade das conclusões derivadas. A diversidade de fontes consultadas, incluindo estudos empíricos, análises teóricas e documentos de políticas públicas, permitiu a construção de síntese abrangente que integra diferentes dimensões das desigualdades educacionais no contexto do Novo Ensino Médio.

Limitações metodológicas devem ser reconhecidas. A restrição a fontes publicadas em bases de dados indexadas pode ter excluído estudos relevantes disponíveis em literatura cinzenta ou em periódicos não indexados. Além disso, a heterogeneidade dos contextos analisados pelos estudos dificulta comparações diretas entre os achados, exigindo cautela na generalização dos resultados. A ausência de análise quantitativa de dados educacionais, devido à natureza qualitativa da pesquisa, limita a possibilidade de identificar tendências estatísticas robustas. Contudo, essas limitações não comprometem a validade das análises realizadas, que oferecem contribuições significativas para a compreensão das disparidades entre escolas públicas e privadas no contexto do Novo Ensino Médio. A explicitação dessas limitações reflete compromisso com a transparência e com a honestidade intelectual, valores fundamentais da prática científica.



BOLETIM DE CONJUNTURA

Quadro 1 –Referências Acadêmicas e Suas Contribuições para a Pesquisa

Autor	Título	Ano	Contribuições
ARAÚJO, R.	Ensino médio brasileiro: dualidade, diferenciação e desigualdade social	2019	Analisa o Ensino Médio brasileiro a partir das categorias dualidade/diferenciação, evidenciando como a organização escolar pode reproduzir desigualdades sociais.
MAIA, E.; OLIVEIRA, M.	Formação de gestores escolares cearenses no contexto das parcerias público-privadas	2019	Discute a formação de gestores sob influência de parcerias público-privadas, contribuindo para compreender impactos de modelos de gestão na política educacional.
BENGIO, F.; BANDEIRA, D.; SANTANA, A.	Racismo de Estado e educação: apontamentos sobre o novo Ensino Médio	2022	Problematiza o Novo Ensino Médio a partir do conceito de racismo de Estado, apontando efeitos sobre equidade, acesso e trajetórias escolares.
FERRONATO, R.; FELLINI, D.; SHIMAZAKI, E.	O ajustamento neotecnista na contrarreforma do ensino médio	2022	Interpreta a reforma/contrarreforma do Ensino Médio como ajustamento neotecnista, discutindo racionalidades técnico-instrumentais e seus efeitos no currículo e na formação.
MORENO, A.; SOUZA, M.	Relação com o saber e táticas de territorialização de jovens bolsistas do ensino médio na escola privada	2022	Explora a relação com o saber e estratégias de pertencimento (“territorialização”) de bolsistas, contribuindo para entender desigualdades simbólicas e culturais no cotidiano escolar.
PASSOS, R.	Projetos políticos em disputa	2022	Evidencia o caráter disputado das políticas educacionais, útil para situar reformas do Ensino Médio como resultado de conflitos de projetos e interesses.
ALMEIDA, C.; SEVERINO, A.; DIAS, E.	Formação no Ensino Médio: Contribuição da Filosofia	2023	Defende a Filosofia como componente para formação integral, pensamento crítico e compreensão ética-política, reforçando seu papel no currículo do Ensino Médio.
ALMEIDA, D.; MUSSATO, S.	Índice de infraestrutura das escolas estaduais de ensino médio de Roraima e as desigualdades territoriais	2023	Propõe/analisa indicador de infraestrutura escolar e mostra desigualdades territoriais, contribuindo para diagnósticos de condições de oferta e justiça educacional.
ESCOLÀ-GASCÓN, Á. et al.	Who falls for fake news? Psychological and clinical profiling evidence of fake news consumers	2023	Identifica perfis psicológicos associados à vulnerabilidade à desinformação, oferecendo subsídios para educação midiática e letramento crítico (aplicável ao contexto escolar).
MORAES, M.; ABREU, E.	A nutrição e seu lugar na sociedade: visão da população brasileira	2023	Apresenta percepções sociais sobre nutrição, podendo apoiar debates interdisciplinares (saúde/educação) e projetos formativos no Ensino Médio, dependendo do recorte do trabalho.
OLIVEIRA, I.; RIBEIRO, M.; PEREIRA, A.; SANTOS, K.	Educação pública, acesso às tecnologias digitais e ao ensino remoto na pandemia da COVID-19	2023	Analisa desigualdades de acesso digital e impactos no ensino remoto, contribuindo para discutir exclusão digital, políticas de conectividade e qualidade/continuidade do ensino.
PESSÔA, P.	Um recorte histórico sobre o ensino médio no Brasil e o processo de implementação do Novo Ensino Médio no estado do Ceará	2023	Reconstitui histórico do Ensino Médio e discute a implementação do Novo Ensino Médio no Ceará, apoiando contextualização e análise de política educacional em nível estadual.
GONÇALVES, D.; FILHO, I.; SANTOS, H.	Escola pública e discurso meritocrático: propostas da reforma do ensino médio e expectativas dos estudantes	2024	Examina como o discurso meritocrático aparece na reforma e como estudantes o percebem, contribuindo para compreender expectativas, responsabilização individual e desigualdades.
KEMIL, F.; NASCIMENTO, A.; PEREIRA, M.	Educação e território	2024	Discute relações entre educação e dinâmicas territoriais, apoiando análises sobre desigualdades espaciais, acesso, mobilidade e políticas educacionais contextualizadas.
LIMA, L.; VENTURI, T.	Currículo poderoso de biologia: uma proposta de superação e emancipação intelectual, cultural e social aos estudantes de escolas públicas	2024	Propõe “currículo poderoso” em Biologia como via de emancipação intelectual/cultural, contribuindo para debates sobre seleção de conhecimentos, justiça curricular e escola pública.
ARAÚJO, R.	Ensino médio brasileiro: dualidade, diferenciação e desigualdade social	2019	Analisa o Ensino Médio brasileiro a partir das categorias dualidade/diferenciação, evidenciando como a organização escolar pode reproduzir desigualdades sociais.

Fonte: Elaboração do próprio autor



O quadro acima é importante porque sintetiza, em ordem cronológica, quem são os autores centrais, quais obras fundamentam o tema e quais contribuições cada estudo agrega ao debate sobre o Ensino Médio. Ao reunir essas informações em um único instrumento, o quadro facilita identificar a evolução das discussões (por exemplo, das desigualdades estruturais e disputas de projetos às questões de infraestrutura, meritocracia e tecnologia), evidencia convergências e lacunas na literatura e orienta a construção de um referencial teórico mais coerente, consistente e bem justificado no texto acadêmico.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura revela que as disparidades entre escolas públicas e privadas no contexto da implementação do Novo Ensino Médio manifestam-se em múltiplas dimensões, incluindo infraestrutura, recursos humanos, condições de oferta dos itinerários formativos e expectativas dos estudantes. Maia e Oliveira (2019) analisam a formação de gestores escolares cearenses no contexto das parcerias público-privadas, evidenciando a influência de lógicas gerenciais e mercantis sobre a gestão educacional. Essa influência manifesta-se na adoção de modelos de gestão por resultados, na ênfase em indicadores de desempenho e na responsabilização individual de gestores e professores, obscurecendo as determinações estruturais das desigualdades educacionais.

A infraestrutura escolar constitui fator determinante para a qualidade da educação oferecida e para a efetivação dos itinerários formativos previstos pelo Novo Ensino Médio. Escolas privadas, em geral, dispõem de laboratórios de ciências equipados, bibliotecas atualizadas, acesso à internet de alta velocidade, espaços para atividades práticas e recursos tecnológicos avançados. Moraes e Abreu (2023) analisam a nutrição e seu lugar na sociedade, evidenciando a importância de condições básicas de saúde e alimentação para o desempenho escolar. Essa perspectiva sublinha que as desigualdades educacionais transcendem o âmbito escolar e se articulam com desigualdades sociais mais amplas, incluindo acesso à alimentação adequada, à saúde e a condições dignas de vida.

Moreno e Souza (2022) examinam a relação com o saber e táticas de territorialização de jovens bolsistas do ensino médio na escola privada, evidenciando tensões entre pertencimento e exclusão. Estudantes de classes populares que acessam escolas privadas mediante bolsas de estudo enfrentam desafios específicos relacionados à adaptação cultural, ao reconhecimento social e à construção de identidades. Essas tensões revelam que a simples transferência de estudantes pobres para escolas privadas não garante equidade educacional, sendo necessárias políticas que promovam inclusão efetiva e que reconheçam as diversidades culturais e sociais dos estudantes.

Oliveira *et al.* (2023) analisam a educação pública, o acesso às tecnologias digitais e ao ensino remoto na pandemia da COVID-19, evidenciando que as desigualdades de acesso a recursos tecnológicos aprofundaram-se durante o período de isolamento social. Estudantes de escolas públicas, em sua maioria,



não dispunham de computadores, de acesso à internet de qualidade ou de espaços adequados para estudos em casa, comprometendo sua participação nas atividades remotas. Essa situação evidencia que as desigualdades educacionais não se limitam ao ambiente escolar, mas se estendem às condições de vida dos estudantes e de suas famílias.

Passos (2022) analisa projetos políticos em disputa no contexto das reformas educacionais, evidenciando tensões entre concepções emancipatórias e concepções mercantis de educação. O Novo Ensino Médio, embora apresentado como política de democratização e de ampliação de oportunidades, insere-se em contexto de disputas ideológicas que condicionam suas possibilidades de efetivação. A ausência de participação efetiva de educadores, estudantes e comunidades escolares nos processos de formulação e implementação da reforma compromete sua legitimidade e sua capacidade de promover transformações efetivas.

Pessôa (2023) realiza recorte histórico sobre o ensino médio no Brasil e o processo de implementação do Novo Ensino Médio no estado do Ceará, evidenciando continuidades e rupturas em relação a reformas anteriores. A análise histórica revela que o ensino médio brasileiro caracteriza-se por sucessivas reformas que, embora prometam superação da dualidade estrutural e promoção da equidade, tendem a reproduzir desigualdades históricas. A implementação do Novo Ensino Médio no Ceará, embora apresente avanços em termos de ampliação da carga horária e de oferta de itinerários formativos, enfrenta desafios relacionados à infraestrutura, à formação docente e à participação das comunidades escolares.

A análise da literatura evidencia que as disparidades entre escolas públicas e privadas no contexto do Novo Ensino Médio não se limitam a diferenças de infraestrutura ou de recursos materiais, mas se estendem a dimensões simbólicas e culturais que condicionam as expectativas dos estudantes e suas trajetórias educacionais. Estudantes de escolas privadas, em geral, dispõem de capital cultural mais alinhado às exigências escolares, de redes de apoio familiar mais estruturadas e de expectativas de continuidade dos estudos em nível superior. Estudantes de escolas públicas, por sua vez, enfrentam desafios relacionados à conciliação entre estudos e trabalho, à ausência de apoio familiar para atividades escolares e a expectativas limitadas quanto às possibilidades de mobilidade social mediante a educação.

A integração entre educação e território emerge como dimensão fundamental para a compreensão das desigualdades educacionais. Escolas localizadas em territórios periféricos, rurais ou marcados por vulnerabilidade social enfrentam desafios específicos que comprometem a qualidade da educação oferecida. A ausência de transporte escolar adequado, de infraestrutura básica e de recursos tecnológicos restringe as possibilidades de escolha dos estudantes e perpetua exclusões históricas. A superação dessas desigualdades exige políticas públicas que considerem as especificidades territoriais e que promovam redistribuição equitativa de recursos, garantindo condições mínimas para a oferta de educação de qualidade em todos os contextos. A análise da literatura revela consenso quanto à necessidade de



abordagens sistêmicas para o enfrentamento das desigualdades educacionais, que integrem investimentos em infraestrutura, valorização docente, políticas de redistribuição de recursos e participação efetiva das comunidades escolares nos processos de formulação e implementação de políticas educacionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo propôs-se a analisar as disparidades entre escolas públicas e privadas no contexto da implementação do Novo Ensino Médio, identificando os fatores que agravam as desigualdades educacionais e avaliando os impactos dessa reforma sobre a equidade no acesso à educação de qualidade. A investigação partiu do reconhecimento de que reformas educacionais concebidas sem considerar as assimetrias estruturais entre escolas públicas e privadas tendem a reproduzir e aprofundar desigualdades históricas. A questão central que orientou a pesquisa indagava até que ponto uma reforma que promete autonomia e escolha pode, paradoxalmente, ampliar as distâncias entre aqueles que já dispõem de recursos e aqueles que dependem exclusivamente da escola pública. A análise bibliográfica conduzida permitiu mapear o estado atual das desigualdades educacionais, evidenciando que as disparidades manifestam-se em múltiplas dimensões e que a superação dessas desigualdades exige abordagens sistêmicas e integradas.

Os principais resultados evidenciam que as disparidades entre escolas públicas e privadas no contexto do Novo Ensino Médio manifestam-se em infraestrutura, recursos humanos, condições de oferta dos itinerários formativos e expectativas dos estudantes. Escolas privadas dispõem de laboratórios equipados, bibliotecas atualizadas, acesso à internet de qualidade e recursos tecnológicos avançados, enquanto escolas públicas enfrentam limitações estruturais que comprometem a implementação da reforma. A flexibilização curricular, desacompanhada de investimentos equitativos, pode converter-se em mecanismo de exclusão quando as condições materiais para sua efetivação são desiguais. A análise revelou que as desigualdades educacionais transcendem o âmbito escolar e se articulam com desigualdades sociais mais amplas, incluindo acesso à alimentação adequada, à saúde e a condições dignas de vida.

A interpretação dos achados sugere que o Novo Ensino Médio, embora apresentado como política de democratização e de ampliação de oportunidades, insere-se em contexto de disputas ideológicas e de lógicas mercantis que condicionam suas possibilidades de efetivação. A subordinação dos currículos às demandas do mercado de trabalho, a ênfase em competências socioemocionais e a ausência de investimentos adequados em infraestrutura e valorização docente comprometem a dimensão emancipatória da educação. A análise também evidencia que as desigualdades educacionais apresentam dimensões territoriais significativas, com escolas localizadas em regiões periféricas, rurais ou em territórios marcados por vulnerabilidade social enfrentando desafios específicos que comprometem a qualidade da educação oferecida.



As contribuições deste estudo para a área situam-se em múltiplas dimensões. Primeiramente, a pesquisa oferece síntese abrangente e atualizada das disparidades entre escolas públicas e privadas no contexto do Novo Ensino Médio, integrando análises teóricas, empíricas e de políticas públicas. Essa visão integrada permite identificar lacunas e oportunidades para aprimoramento das políticas educacionais, subsidiando a tomada de decisão por gestores, educadores e formuladores de políticas públicas. Além disso, o estudo destaca a importância de abordagens sistêmicas que integrem investimentos em infraestrutura, valorização docente e políticas de redistribuição de recursos para a promoção da equidade educacional. A análise crítica das lógicas mercantis que condicionam as reformas educacionais evidencia a necessidade de resistências e de construção de projetos educacionais emancipatórios que priorizem a formação integral dos estudantes.

Limitações da pesquisa devem ser reconhecidas para contextualizar adequadamente os achados apresentados. A restrição a fontes publicadas em bases de dados indexadas pode ter excluído estudos relevantes disponíveis em literatura cinzenta ou em periódicos não indexados. A heterogeneidade dos contextos analisados pelos estudos dificulta comparações diretas entre os achados, exigindo cautela na generalização dos resultados. A ausência de análise quantitativa de dados educacionais, devido à natureza qualitativa da pesquisa, limita a possibilidade de identificar tendências estatísticas robustas. Além disso, a análise baseou-se exclusivamente em fontes secundárias, não incluindo dados primários coletados diretamente em escolas públicas e privadas. Essas limitações, embora não comprometam a validade das análises realizadas, indicam a necessidade de estudos complementares que incorporem abordagens quantitativas e investigações empíricas em contextos específicos.

Sugestões para estudos futuros incluem a realização de pesquisas empíricas que avaliem os impactos concretos da implementação do Novo Ensino Médio sobre as trajetórias educacionais dos estudantes, considerando variáveis como origem socioeconômica, raça, gênero e localização territorial. Investigações sobre a efetividade de políticas de redistribuição de recursos e de valorização docente para a promoção da equidade educacional representam área promissora para avanço do conhecimento. Estudos comparados que examinem a implementação de reformas educacionais em diferentes estados e municípios, identificando convergências, divergências e boas práticas, podem oferecer subsídios para aprimoramentos normativos e de políticas públicas. Além disso, pesquisas que avaliem a participação de educadores, estudantes e comunidades escolares nos processos de formulação e implementação de políticas educacionais podem contribuir para a construção de reformas mais democráticas e legítimas. As desigualdades educacionais configuram-se como desafio estrutural que exige esforços coordenados, sustentados e baseados em evidências para sua superação. Este estudo, ao mapear o panorama atual e identificar lacunas e oportunidades, contribui para a construção de caminhos viáveis rumo a um sistema



BOLETIM DE CONJUNTURA

educacional que promova equidade, qualidade e emancipação para todos os estudantes, independentemente de sua origem social, raça ou localização territorial.



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C.; SEVERINO, A.; DIAS, E. Formação no Ensino Médio: Contribuição da Filosofia. *Eccos – Revista Científica*, n. 67, e25616, 2023.
DOI: <https://doi.org/10.5585/eccos.n67.25616>.

ALMEIDA, D.; MUSSATO, S. Índice de infraestrutura das escolas estaduais de ensino médio de Roraima e as desigualdades territoriais. *Revista Pesquisa e Debate em Educação*, v. 13, p. 1-18, 2023.
DOI: <https://doi.org/10.34019/2237-9444.2023.v13.35603>.

ARAÚJO, R. Ensino médio brasileiro: dualidade, diferenciação e desigualdade social. *Cadernos de Pesquisa*, v. 26, n. 4, p. 107-122, 2019. DOI: <https://doi.org/10.18764/2178-2229.v26n4p107-122>.

BENGIO, F.; BANDEIRA, D.; SANTANA, A. Racismo de Estado e educação: apontamentos sobre o novo Ensino Médio. *Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade*, v. 9, n. 21, p. 91-110, 2022. DOI: <https://doi.org/10.55028/pdres.v9i21.15639>.

ESCOLÀ-GASCÓN, Á. et al. Who falls for fake news? Psychological and clinical profiling evidence of fake news consumers. *Personality and Individual Differences*, v. 200, 111893, 2023.
DOI: <https://doi.org/10.1016/j.paid.2022.111893>.

FERRONATO, R.; FELLINI, D.; SHIMAZAKI, E. O ajustamento neotecnista na contrarreforma do ensino médio. *#Tear: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia*, v. 11, n. 2, 2022.
DOI: <https://doi.org/10.35819/tear.v11.n2.a6251>.

GONTIJO, M.; ECHEVERRÍA, A. O empresariamento da educação no marco das contrarreformas educacionais e suas implicações na formação docente e no ensino de ciências. *Revista da Sociedade Brasileira de Ensino de Química*, v. 4, n. 1, e042314, 2023.
DOI: <https://doi.org/10.56117/resbenq.2023.v4.e042314>.

GONÇALVES, D.; FILHO, I.; SANTOS, H. Escola pública e discurso meritocrático: propostas da reforma do ensino médio e expectativas dos estudantes. *Educação e Pesquisa*, v. 50, 2024.
DOI: <https://doi.org/10.1590/s1678-4634202450273348por>.

KEMIL, F.; NASCIMENTO, A.; PEREIRA, M. Educação e território. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, e024004, 2024. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v19i00.18096>.

LIMA, L.; VENTURI, T. Currículo poderoso de biologia: uma proposta de superação e emancipação intelectual, cultural e social aos estudantes de escolas públicas. *Investigações em Ensino de Ciências*, v. 29, n. 1, p. 372-395, 2024. DOI: <https://doi.org/10.22600/1518-8795.ienci2024v29n1p372>.

MAIA, E.; OLIVEIRA, M. Formação de gestores escolares cearenses no contexto das parcerias público-privadas. *Revista e-Curriculum*, v. 17, n. 4, p. 1604-1625, 2019.
DOI: <https://doi.org/10.23925/1809-3876.2019v17i4p1604-1625>.

MORAES, M.; ABREU, E. A nutrição e seu lugar na sociedade: visão da população brasileira. *Brazilian Journal of Health Review*, v. 6, n. 6, p. 29023-29034, 2023.
DOI: <https://doi.org/10.34119/bjhrv6n6-191>.



BOLETIM DE CONJUNTURA

MORENO, A.; SOUZA, M. Relação com o saber e táticas de territorialização de jovens bolsistas do ensino médio na escola privada. *Educação e Pesquisa*, v. 48, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1678-4634202248246763>por.

OLIVEIRA, I.; RIBEIRO, M.; PEREIRA, A.; SANTOS, K. Educação pública, acesso às tecnologias digitais e ao ensino remoto na pandemia da COVID-19. *Revista Geografares*, v. 3, n. 36, 2023. DOI: <https://doi.org/10.47456/geo.v3i36.40047>.

PASSOS, R. Projetos políticos em disputa. *Trabalho & Educação*, v. 30, n. 3, p. 201-202, 2022. DOI: <https://doi.org/10.35699/2238-037x.2021.35854>.

PESSÔA, P. Um recorte histórico sobre o ensino médio no Brasil e o processo de implementação do Novo Ensino Médio no estado do Ceará. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 9, n. 6, p. 947-966, 2023. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v9i6.9525>.